

# Reforma adia definição sobre futuro do Fundap

**Primeira fase das mudanças não inclui alteração nos incentivos estaduais**

DENISE ZANDONADI

A manutenção do Fundap - sistema de incentivo financeiro do Espírito Santo - não deverá ser discutida nesta fase da reforma tributária. No primeiro momento, serão feitas as mudanças constitucionais e, depois, a regulamentação dessas mudanças. A discussão do Fundap será feita posteriormente, e cada tipo de incentivo fiscal será estudado separadamente.

A explicação é do relator do projeto de reforma tributária no Congresso Nacional, deputado federal (PT-MG) Virgílio Guimarães. Ele veio a Vitória na sexta-feira para participar da terceira etapa do seminário sobre "As Reformas que o Brasil Precisa", promovido pela *Rede Gazeta*.

## Guerra fiscal

Guimarães disse, ainda, que está estudando incluir na sua proposta a criação de um órgão nacional para resolver as controvérsias tributárias entre os Estados. O objetivo é tentar coibir a guerra fiscal com um mecanismo semelhante ao que existe no âmbito da Organização Mundial de Comércio.

Para o deputado, será difícil obter um consenso para restringir os incentivos fiscais. Ele quer resolver o problema dando condições aos Estados prejudicados para sobretaxar os produtos bene-

ficiados pela vantagem tributária com alíquotas interestaduais compensatórias.

"O sistema de cobrança do ICMS é misto. Acho que podemos resolver o problema da cobrança no destino calibrando as alíquotas interestaduais e dando aos Estados atingidos pela guerra fiscal a possibilidade de elevar a alíquota interestadual. Assim, o produto fabricado fora com incentivo fiscal terá tributação equivalente à do produzido no Estado", explicou ele.

Chegar a um consenso so-

bre a cobrança do ICMS na origem ou no destino parece ser, agora, a principal questão referente a este tributo.

Os nove Estados do Nordeste estão propondo que o ICMS seja cobrado no destino, isto é, no Estado onde for vendido o produto. Se a proposta for aprovada, os Estados com maior produção perderão arrecadação, sendo que o Espírito Santo perderá cerca de 26%, segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Já existe, inclusive, uma proposta para que seja criado algum tipo de mecanismo de compensação para os Estados que perderão receita, caso o tributo seja cobrado no destino. Este assunto foi discutido pelo Governo federal com os governadores nesta semana, mas não se chegou a um consenso.

O ICMS, segundo Guimarães, é o mais importante tributo cobrado no país, mas é também o mais "complexo e perverso". Isto porque incide sobre todos os produtos, penalizando os mais pobres, que pagam o mesmo que os mais ricos. Ele defende alíquotas menores para os produtos da cesta básica como forma de diminuir o valor para os mais pobres.

## Imposto de Renda

O relator da emenda da reforma tributária disse que as mudanças no Imposto de Renda só serão feitas no segundo semestre, depois da primeira fase dos projetos. Somente o IR, acredita ele, já mereceria uma reforma especial. "Não é só uma questão de mudança de alíquota, mas de uma discussão ampla sobre o assunto".

Guimarães se mostra favorável a mudanças nas alíquotas e admite que poderia começar em 10% e ultrapassar o teto máximo aplicado atualmente, que é de 27%.

## Balanço

Veja o que muda com a cobrança do ICMS no destino ou na origem do consumo



### Quem ganha com cobrança no destino

Maranhão	52%
Roraima	47,8%
Rio Grande do Norte	47,5%
Acre	44%
Amapá	31,9%
Pará	30,5%
Piauí	18,7%
Alagoas	12,5%
Rio de Janeiro	9,3%
Tocantins	6,02%
Distrito Federal - Sergipe	5,84%
Paraíba	4,54%

### Quem perde

Espírito Santo	26,8%
Mato Grosso do Sul	19,4%
Goiás	16,3%
Bahia	14,2%
São Paulo	14,2%
Pernambuco	10,7%
Mato Grosso	9,73%
Santa Catarina	6,79%
Minas Gerais	5,35%
Rio Grande do Sul	3,78%
Ceará	4,35%
Paraná	3,27%
Rondônia	1,49%

● Para estimar o que aconteceria com o Amazonas é necessário saber qual seria a regra para a Zona Franca de Manaus.

Fonte: Dados apurados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)

A Gazeta Editoria de Arte



## DIFERENÇAS

Virgílio Guimarães explicou que cada incentivo será analisado separadamente